

**BALANÇA COMERCIAL E A DIFUSÃO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO DO BRASIL NA ÁFRICA: UM ESTUDO DE CASO COM 5 PAÍSES AFRICANOS (1992-2017)**

David Beltrão Simons Tavares de Albuquerque

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Universidade Federal de Pernambuco

Mesa 39 – Política Externa y diplomacia multilateral (EPI)

Eje 4: Economía Política, Política Internacional y Relaciones Internacionales

Trabajo preparado para su presentación en el XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política y la Asociación Chilena de Ciencia Política, Santiago, Chile, 21, 22 y 23 de julio 2022

### **Resumo**

Há correlação entre a balança comercial e a difusão de projetos de cooperação do Brasil na África? O artigo busca explorar a relação entre as variáveis "quantidade de projetos de cooperação com o Brasil" e "comércio exterior de países africanos com os PALOP". Há dificuldade em relacioná-las para todos os países africanos dada a indisponibilidade de dados. Foi realizado, para responder à pergunta, um estudo de caso com 5 países africanos: África do Sul, Etiópia, Nigéria, Quênia e Tunísia, entre os anos de 1992 a 2017. Observando os dados e a literatura do tema, é possível comparar se há relação entre o comércio bilateral e o número de projeto de cooperação com o Brasil. Os resultados, em geral, indicam que não é possível afirmar que existe relação direta entre as variáveis. No entanto, especialmente na Nigéria, verifica-se uma relação com atraso temporal entre os dois indicadores.

### **1. Introdução**

O artigo busca verificar os aspectos estruturais da inserção brasileira na África, por meio da relação dos Países africanos de língua não-portuguesa e dos Países africanos de Língua Portuguesa (PALOP) referentes à difusão dos projetos de cooperação brasileiros no continente. Assim, baseado em estudos de difusão anteriores, ele tenta responder se há correlação entre a balança comercial e a difusão de projetos de cooperação do Brasil na África.

A progressiva intensidade da globalização nos anos 90 abriu uma troca sem precedentes de idéias, conhecimentos e modelos de políticas entre governos de todo o mundo. A cooperação internacional, inserida nesse fenômeno, é uma consequência da política internacional contemporânea. Diferentes tradições de pesquisa em ciências sociais seguiram esse movimento, fornecendo explicações importantes para esses fenômenos. Uma nova geopolítica foi estruturada no início do século XXI, por meio do multilateralismo e do desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul (CSS), como estratégias de inserção internacional dos Estados.

A oscilação da política externa brasileira à África nas últimas décadas influenciou na construção de objetivos entre o Brasil e a África. A adoção de princípios históricos da diplomacia brasileira, como o respeito à autonomia, não-intervenção, horizontalidade, ausência de condicionalidades e *demand-driven* favorecem o incipiente amadurecimento das instituições

africanas. A busca, nesse sentido, por uma característica comum, a língua portuguesa, por meio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), demonstra uma escolha pragmática de reinserção no continente (ALBUQUERQUE, 2018).

A distribuição temporal e geográfica dos projetos de cooperação no continente africano verifica uma recepção vizinha e posterior dos Países africanos de língua não- portuguesa em relação aos PALOP. A percepção tardia dos benefícios dos projetos de cooperação resulta da compreensão das lideranças africanas na interação com os seus vizinhos.

A interdependência e o aumento das redes de informação por meio da difusão pertencem diretamente à definição, causas e consequências do processo de globalização (GARRETT, 1998). A difusão de projetos cooperativos brasileiros na África, nesse sentido, faz parte de um processo da política externa brasileira, por meio de suas limitadas capacidades, que visa ao estabelecimento de relações maduras com os Estados do continente.

## **2. Problematização**

A cooperação entre Estados emergentes deve ser compreendida em dois níveis: sistêmico, relacionado ao sistema internacional, e o do Estado, por meio da agenda de Política Externa. A análise sistêmica observa o discurso de legitimidade histórica, haja vista o passado colonial e o subdesenvolvimento econômico, como forma de abordar semelhanças na percepção de problemas socioeconômicos. A análise do Estado percebe as oportunidades existentes perante o sistema internacional, por meio de políticas demandadas que representam, a princípio, a barganha entre os Estados parceiros (MILANI, 2016).

A estratégia de inserção brasileira no continente africano por meio dos Países Africanos de Língua Portuguesa, respectivamente, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, todos membros da CPLP, corresponde à adequação do comportamento da política externa à interpretação em dois níveis. A criação da CPLP, em 1996, representou a oportunidade do Brasil em se reaproximar, por meio de um mecanismo institucional, desses países. O interesse brasileiro na África é, a princípio, extremamente concentrado nos Estados de língua portuguesa, representado pelo caráter histórico e cultural, o que poderia gerar dúvidas se a busca pelo continente deve-se ao seu nível de pobreza ou se é em razão da localização da maioria dos outros países lusófonos (ROWLAND, 2008; ALBUQUERQUE, 2018).

A estratégia do Brasil, no entanto, repercutiu nos Estados vizinhos aos PALOP. Pode-se observar, conforme a figura 01, a concentração de projetos nos Estados de língua portuguesa. A difusão temporal e geográfica, no entanto, é um fenômeno contemporâneo, o que pode ser observado por meio do cinturão existente em volta dos PALOP.

**Figura 01 - Distribuição de projetos na África.**

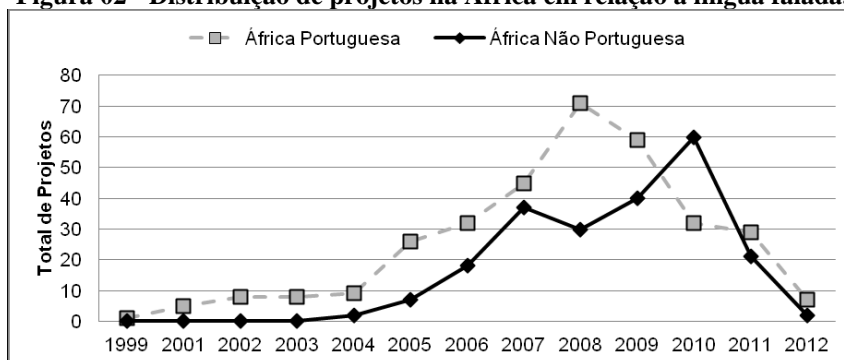


Fonte: BRASIL, 2016

A África portuguesa, nesse sentido, foi o movimento inicial do Brasil dentro de uma estratégia de inserção no continente africano. Inicialmente, foram projetos modestos que, após os anos, se desenvolveram à medida que o Brasil amadurecia a sua política africana.

A figura 02 representa a comparação entre o número total de projetos na África portuguesa e na África não-portuguesa. Pode-se observar, a partir de 2005, um grande aumento no número de projetos para os Estados da África não-portuguesa, o que corroboraria com a hipótese sugerida no parágrafo anterior.

**Figura 02 - Distribuição de projetos na África em relação à língua falada.**



Fonte: LIMA, 2014.

A literatura em ciência política recentemente se desenvolveu nos estudos sobre difusão (OLIVEIRA;FARIA, 2017), por meio de pesquisas robustas sobre os diferentes processos de difusão e de transferência de políticas. Esses estudos permitiram conhecer mais sobre os objetos de difusão ou transferência; os atores envolvidos, quais sejam, organizações internacionais, governos nacionais, autoridades federais e locais, acadêmicos, empresários, políticos, entre

outros; os diferentes níveis, nacionais ou regionais; os canais bilaterais ou multilaterais de circulação de políticas; os diferentes mecanismos, por exemplo, aprendizado, emulação ou coerção, que caracterizaram a difusão e a transferência de políticas.

Fenômenos complexos como a cooperação entre o Brasil e a África não podem ficar resumidos a esquemas pré-concebidos. Na década recente, os estudos de difusão e de transferência de políticas foram além da fronteira clássica desse campo de estudos, Europa e América do Norte, para analisar esse fenômeno em outros locais. Esses desenvolvimentos não apenas forneceram informações valiosas, mas também sugeriram expandir questionamentos para explorar melhor características específicas desses fenômenos. Essas questões são relevantes à prática da cooperação Sul-Sul, haja vista a necessidade de observação de novas categorias não condicionadas às estruturas de poder hegemônicas da cooperação internacional implementadas pelo Norte, mas forjadas a partir de conceitos alternativos que se aproximem a contextos, estatísticas históricas e políticas coletivas locais.

O conceito básico da difusão transnacional de políticas (*policies*) é a influência, em um Estado, de políticas desenvolvidas por outros Estados. A compreensão teórica brasileira de cooperação internacional, no entanto, é incipiente em análises de políticas de difusão. A compreensão de que a política externa, enquanto política pública, é caracterizada pelo processo entre atores, instituições, interesses e ideias (*politics*) limita a abordagem das demandas sobre os projetos de cooperação pelos Estrados africanos e sua respectiva difusão (*policies*) (MILANI; PINHEIRO, 2013). Milani (2018) a considera uma política *sui generis*, haja vista ter elementos de política pública com políticas de Estado.

O desenvolvimento dessa ideia, por meio da interdependência, dá-se pela sistematização dos mecanismos de difusão possíveis. A literatura sobre a circulação internacional de políticas públicas (STONE; PORTO DE OLIVEIRA; PAL, 2019) nos informa que hoje em dia esses processos ocorrem de muitas maneiras diferentes (HADJIISKY; PAL; WALKER, 2017). São quatro modalidades de difusão. A primeira é a aprendizagem, que é o processo em que as políticas em uma unidade são influenciadas pelas consequências de políticas similares em outras unidades; A segunda é a emulação, que significa copiar, de forma normativa, políticas "apropriadas"; A terceira é a concorrência, a qual significa seguir as políticas dos concorrentes. A coerção, apesar de ser apontada como uma quarta modalidade para a difusão transnacional, não será considerada nesse trabalho, haja vista não se tratar de uma forma autônoma do Estado em adotar uma política cooperativa com outro Estado (GILARDI, 2012; MAGGETTI; GILARDI, 2016).

Essas modalidades podem estar presentes concomitantemente no processo de difusão de políticas. Os fatores se manifestam por meio dos impactos simultâneos de características políticas, econômicas e sociais internas dos Estados, além de canais de influência regional, os quais identificam a utilização de variáveis internas e externas na probabilidade de uma determinada política ser aplicada (BERRY; BERRY, 2006).

O modelo de difusão regional postula, inicialmente, que os Estados são influenciados por Estados geograficamente próximos. Os modelos de pesquisa assumem que o efeito de vizinhança exerce uma influência positiva na adoção de uma política. Esses modelos levantam, especificamente, a hipótese de que a probabilidade de um Estado adotar uma política é positivamente relacionada ao número (ou proporção) dos Estados que o limitam que já o adotaram. Há de se tomar cuidado, todavia, para não simplesmente aceitar a adoção de políticas similares pelos vizinhos como evidência de difusão de políticas. É necessário, portanto, a adoção de outras variáveis independentes (BERRY; BERRY, 2006; VOLDEN; TING; CARPENTER, 2008; GILARDI, 2016).

O comércio bilateral e a prévia adoção dos projetos, nesse sentido, são possibilidades para complementar a análise de vizinhança. Como o presente estudo aborda um continente marcado por conflitos entre Estados vizinhos ao longo da história, onde há sérios problemas fronteiriços não resolvidos, essas medidas possibilitariam, enquanto *proxies*, analisar os padrões de comércio e adoções anteriores de uma política, conseqüentemente, o que daria maior peso onde há melhores relações bilaterais e, portanto, indicariam uma conexão mais forte entre os países (MAGGETTI; GILARDI, 2016).

O sucesso de aplicação de uma política, a qual tenta identificar se uma política foi ou não bem sucedida, seria um dos mecanismos possíveis na observação de difusão de políticas (MAGGETTI; GILARDI, 2016). Apesar de ser identificado com a aprendizagem, e bastante forte teoricamente, não poderá ser aplicada no presente trabalho. Os relatórios da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) não observam a eficácia dos projetos de cooperação em suas análises. Por fim, há o mecanismo de associação conjunta (*joint membership*) em vários tipos de instituições, organizações ou grupos, por meio do pressuposto de que a co-participação está associada ao contato ou interação direta. Há, na África, um conjunto de organizações internacionais regionais que possibilitam a aproximação entre os seus membros (MAGGETTI; GILARDI, 2016).

Os Estados definitivamente não negociam acordos no vácuo, mas estão inseridos em um contexto maior de relações cooperativas. Esse contexto condiciona os custos e benefícios

de esforços cooperativos subsequentes, de modo que a probabilidade de cooperação para um dado par de Estados afetam diretamente os esforços de cooperação. O trabalho inicial da teoria neoliberal institucionalista é representado pelo trabalho *After Hegemony* de Keohane (1984). O objetivo dessa obra é tentar explicar a persistência da cooperação entre os estados na ausência de uma hegemonia. O autor identifica as instituições como importantes para a cooperação, onde o papel dessas seria a principal diferença entre as teorias neoliberal e neorrealista. Os pressupostos realistas, representados pela teoria da estabilidade hegemônica, que caracterizam os Estados como egoístas racionais, seriam consistentes com a perspectiva institucionalista da presença de regras e princípios na cooperação entre os Estados, mas falham na percepção sobre as relações de poder.

O argumento central de Keohane é que a cooperação pode, sob certas condições, se desenvolver com base em interesses complementares pré-existentes aos Estados. Apesar de desenvolver a ideia de que as abordagens institucionalistas são ingênuas em não considerar devidamente as relações de poder, ele considera a importância das instituições que utilizam pressupostos realistas sobre a estrutura das relações internacionais. A extensão dessa cooperação, nesse sentido, dependeria da existência de "instituições" ou "regimes" internacionais, amplamente definidos como "padrões reconhecidos de prática em torno dos quais as expectativas convergem" (KEOHANE, 1984. PP. 8-9; 57-64. Tradução nossa).

Conforme observado no título de revisão de literatura, um problema dessas abordagens é não considerar a natureza da CSS (LEITE, 2011). Além de Keohane, outras estruturas teóricas usadas para estudar as relações Sul-Sul, como a teoria dos sistemas mundiais (WALLERSTEIN, 1974), regionalismo e globalização (NYE, 1968; HUNTINGTON, 1996), nova ordem econômica internacional (COX; SINCLAIR, 1996), política comparativa (IKENBERRY, 1990) também são inadequadas para explorar a multidimensionalidade das relações Sul-Sul e sua configuração em contextos particulares, pois essa exige uma escala múltipla interdisciplinar de abordagens que devem levar em consideração as interações que vinculam o cotidiano a dinâmicas institucionais, nacionais e geopolíticas mais amplas.

A Cooperação brasileira coaduna-se, em geral, às instituições típicas de cooperações sul-sul. Emma Mawdsley (2012), na teoria da dádiva (*gift theory*) nesse sentido, identifica cinco características fundamentais para classificar esse regime: a oportunidade para ambos os Estados; a solidariedade entre os países em desenvolvimento; a *expertise* com base em experiências semelhantes; a empatia fundamentada na identidade compartilhada, rejeitando o estabelecimento de uma hierarquia; a virtude do benefício mútuo e da reciprocidade.

É importante observar que esses processos não são estáticos, mas estão inseridos em relações, normalmente desiguais, de poder. Dolowitz et al (2019) verifica isso quando questiona o que é considerado geralmente como um processo direto, onde os atores são a favor ou contra um projeto de cooperação e todo o processo segue alguma forma de racionalidade. Raramente um único ator pode dominar todo o processo de transferência. Não é suficiente, assim sendo, examinar a transferência como um evento pontual. A difusão deve ser vista como um processo que se desenvolve à medida que há uma interpenetração na formulação de políticas domésticas entre os atores. Algumas situações permitem que os atores dominantes controlem a maior parte do tempo; em outras, os atores domésticos conseguem o poder de reformar soluções importadas.

Essas diferentes experiências no processo de difusão, com narrativas diversas (CABRAL et al, 2013), com relações desiguais de poder (DOLOWITZ et al, 2019), dentro da dinâmica da competição e da cooperação (MAWDSLEY, 2017), seguindo diferentes direções (GONNET, 2019) e geografias (MILHORANCE, 2018) sugerem a proficuidade da área de difusão e cooperação internacional.

### **3. Metodologia e Dados**

O Brasil possuiu projeto com 42 dos 54 Estados africanos no período entre 1992 até 2017. A seção anterior, retomando a discussão proposta na revisão de literatura, identifica que a medição válida dos mecanismos de difusão geralmente não pode ser alcançada simplesmente no nível do indicador. Deve-se, portanto, tomar cuidado na apreciação das variáveis utilizadas. A validade da medida, em vez disso, pode depender do desenho de pesquisa como um todo, não apenas na seleção de indicadores apropriados.

A variável dependente será a velocidade de adesão aos Projetos de Cooperação brasileiros ao longo do período proposto. A observação no número de adesões permitirá observar a expansão da estratégia brasileira de inserção no continente africano. Os Estados africanos de língua não-portuguesa, à medida que os aderirem aos projetos, serão retirados da análise, como acontece nos Modelos de Análise de Sobrevivência (LINS; FIGUEIREDO; ROCHA, 2017). A velocidade, desta forma, será mensurada como a quantidade de anos que o respectivo Estado levou para receber algum projeto.

Os dados sobre os projetos de cooperação brasileiros nos países africanos, relacionados à variável dependente, vieram dos relatórios da Agência brasileira de Cooperação. A sistematização dos dados foi realizada na dissertação de João Antônio dos Santos Lima (2014) e complementadas por Albuquerque (2018).

#### **3.1. Modelo de Análise de Sobrevivência**



Os modelos de riscos proporcionais são uma classe de modelos de sobrevivência nas análises estatísticas. Os modelos de sobrevivência relacionam o tempo que passa antes que algum evento ocorra em uma ou mais covariáveis que possam estar associadas a essa quantidade de tempo. Em um modelo de riscos proporcionais, o efeito único de um aumento de unidade em uma covariável é multiplicativo em relação à taxa de risco.

O cálculo das variáveis, portanto, será realizado por meio do Modelo de riscos proporcionais de Cox, para que se possa entender os efeitos das covariáveis de interesse na adesão dos Estados africanos de língua não-portuguesa aos projetos de cooperação brasileiros nos modelos de difusão a partir dos PALOP. As variáveis podem ser chamadas covariáveis, pois funcionam em conjunto, ou seja, variáveis internas e externas para explicar um determinado fato.

O desenho de pesquisa proposto sofreu mudanças de acordo com o perfil dos dados encontrados e a disponibilidade desses. Assim, em trabalho anterior (ALBUQUERQUE, 2021), foi identificado que a variável geográfica indica, em todas as versões, nenhuma relação com a difusão dos projetos brasileiros na África. Isso deveria ser investigado se foi um acidente ou se outros fatores regionais, como os institucionais, foram mais relevantes e acabaram substituindo-o. Como dito, é um resultado bastante contra-intuitivo.

Uma variável, porém, que teve um resultado interessante foi a de Qualidade Institucional e deve ser mais investigada. Enquanto a simples qualidade institucional do país não é relevante para ter um projeto, a variável que aborda a semelhança institucional entre os PALOP e os países não PALOP é positiva e relevante para o fenômeno na análise do modelo de sobrevivência, mas não no QCA. A variável institucional Internacional, no entanto, foi positiva e relevante no QCA e em 2 de 3 dos modelos de análise de sobrevivência. Isso pode demonstrar a convergência internacional desses países em nível regional.

A única variável que não pode ser construída integralmente é "comércio bilateral entre os países africanos". É necessário saber, para construí-la, qual foi o valor da troca comercial entre cada um dos países com todos os outros, para saber qual teve mais comércio bilateral e ver quantos projetos ocorreram nesse país, repetindo esse processo para todos os países em cada um dos anos. Nesse sentido, não foi encontrada uma fonte de dados que tenha essas informações na faixa temporal utilizada ou que os dados dos comércios bilaterais estejam completos. Será realizado na seção 4 do presente artigo, assim sendo, um estudo de caso com essa variável entre os países do PALOP e um número limitado de países africanos, a fim de complementar essa lacuna de trabalhos anteriores e tentar oferecer respostas ao problema.

#### 4. Estudo de caso sobre a variável Comércio Exterior

Esta seção busca complementar a lacuna da análise dos métodos anteriores e explorar a relação entre as variáveis *números de projetos de cooperação com o Brasil* e o *comércio exterior de países africanos com países PALOP*. Para isso foram coletados dados da *UN Comtrade Database (2020)* para comércio global de 5 países africanos: África do Sul, Etiópia, Nigéria, Quênia e Tunísia, entre os anos de 1992 a 2017. A variável “percentual da balança comercial com PALOP” foi construída por meio dos seguintes passos: (1) cálculo do valor comercial de exportações e importações totais (em US\$) para cada país; (2) cálculo do volume comercial de cada país com seu parceiro comercial por ano, ou seja, Exportação + Importação; e por fim, (3) o agrupamento das balanças comerciais em “PALOP” e “Demais Países”, seguido do cálculo do percentual correspondente aos PALOP.

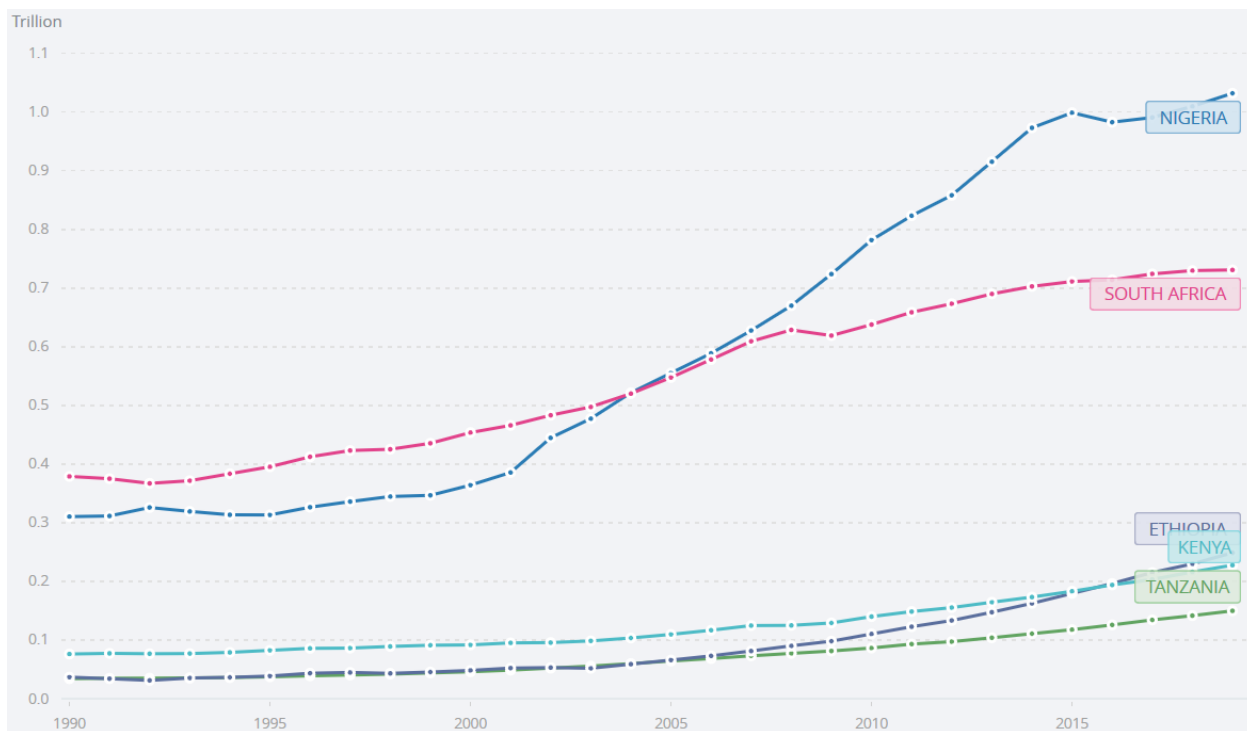
Para a caracterização dos países selecionados nesta análise, na tabela 08 e na figura 06 foram compilados o PIB e o IDH para o ano mais recente analisado (2017) e o mais atual disponível, no caso, o PIB de 2019 e IDH de 2018. Em seguida, para ilustrar, a série histórica do PIB no gráfico 01 para os países.

**Tabela 15 - Dados demográficos por países africanos**

<b>País</b>	<b>PIB 2017 (US\$)</b>	<b>PIB 2019 (US\$)</b>	<b>IDH 2017</b>	<b>IDH 2018</b>
África do Sul	724,100,740.04	351,431,649.24	0.704	0.705
Etiópia	215,094,143.81	96,107,662.40	0.467	0.470
Nigéria	990,700,126.99	448,120,428.86	0.533	0.534
Quênia	203,206,547.19	95,503,088.54	0.574	0.579
Tanzânia	134,274,523.12	63,177,068.17	0.522	0.528

Fontes: PIB 2017 e 2019 - [World Bank](#) | IDH - United Nations Development Programme ([UNDP](#))

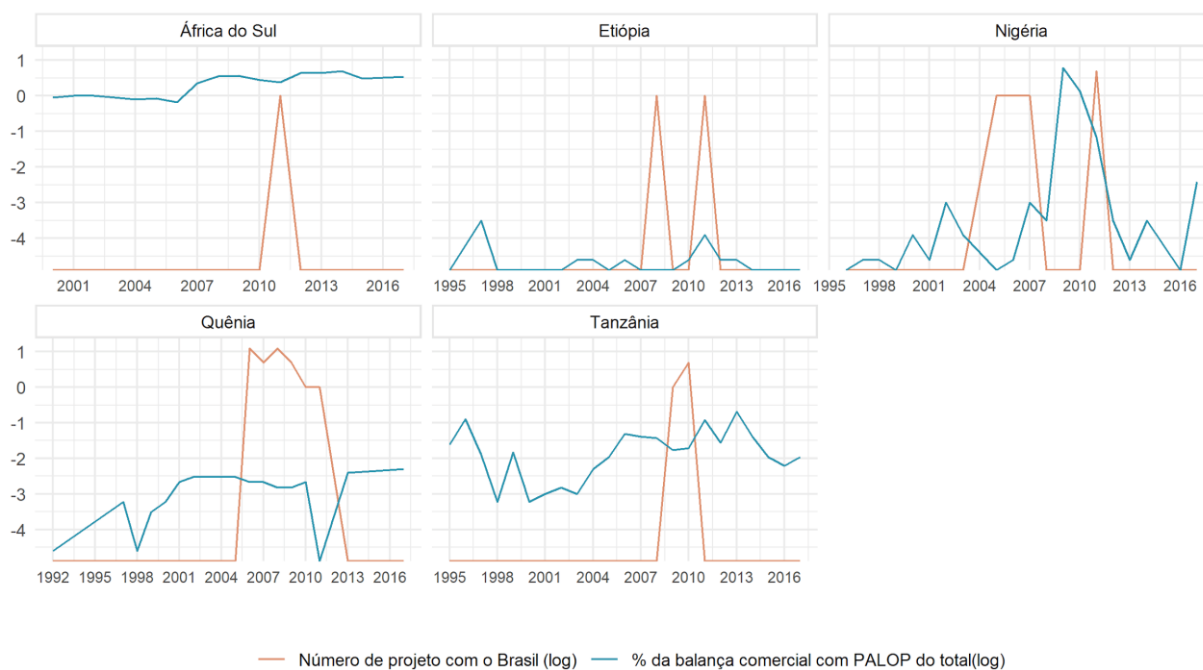
**Figura 08 - Série Histórica PIB (1990-2019)**



Fonte: WorldBank Data | [Visualizar gráfico interativo.](#)

Abaixo, na figura 09, é possível observar a distribuição temporal das duas variáveis, padronizadas por meio do logaritmo de modo a torná-las mais comparáveis dada a sua diferença de escala.

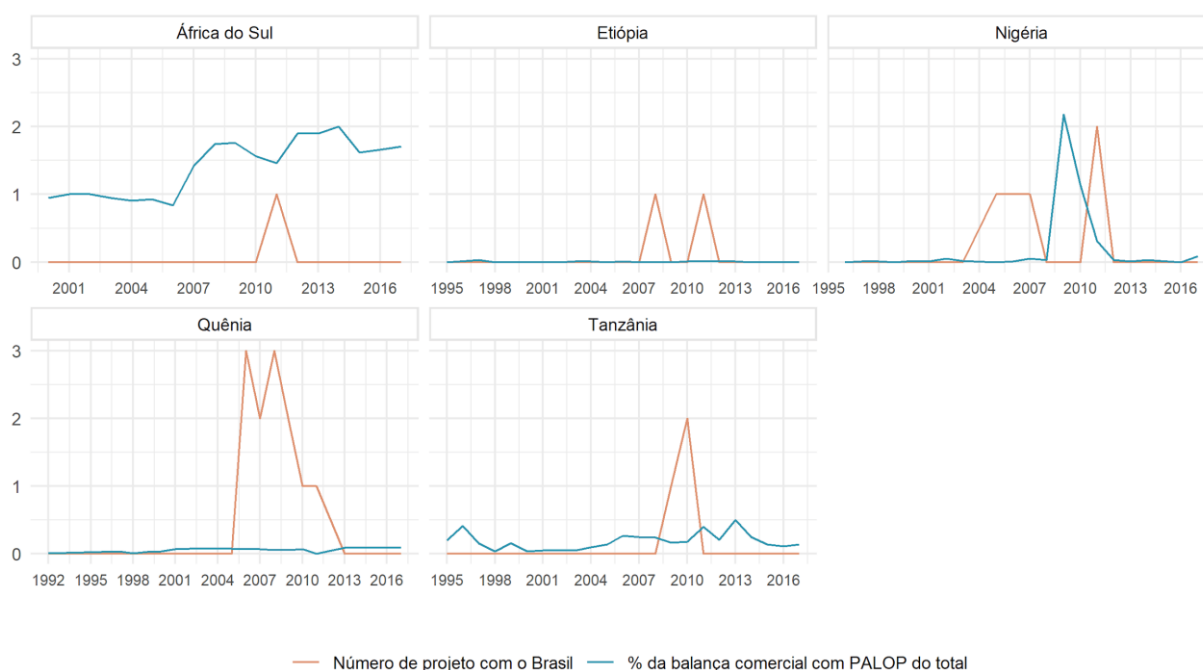
**Figura 09 - Número de projetos de cooperação com o Brasil x percentual de volume comercial com PALOP por país em logaritmo (1992-2017)**



Fonte: Autor

Considerando os valores em logaritmo é possível observar melhor a relação entre o comércio com países PALOP e o número de projeto de cooperação com o Brasil. Na Etiópia, assim como na Tanzânia, Quênia e África do Sul, o número de projetos não aparenta estar relacionado à balança comercial, apesar de que em 2011 houve um aumento em ambos os indicadores simultaneamente na Etiópia. Na Nigéria é possível observar uma relação entre a distribuição dos dois indicadores, porém existe um certo *delay* nessa relação, a exemplo do pico de balança comercial na Nigéria, seguido de um pico de crescimento no número de projetos e depois uma queda em conjunto. O fenômeno, ilustrada na figura 08, é semelhante quando não é considerado o logaritmo.

**Figura 10 - Número de projetos de cooperação com o Brasil x percentual da balança comercial com PALOP por país (1992-2017)**



Fonte: Autor

Por fim, foi feito um Teste de Correlação de Pearson entre as variáveis *números de projetos de cooperação com o Brasil* e o *comércio exterior de países africanos com países PALOP*. O resultado foi um R de Pearson de - 0.1, indicando uma relação inversamente proporcional entre as variáveis, entretanto uma relação baixa (R de Pearson varia de 0 a 1) e que não foi estatisticamente significativa (p-valor de 0.26). Com base nisso não é possível afirmar que existe relação direta entre as variáveis.

## 5. Conclusão

Por fim, esse artigo sobre difusão de políticas sugere também que a globalização e a difusão de políticas são fenômenos que tendem a reforçar-se mutuamente (OLIVEIRA; FARIA,

2017). As pesquisas, até agora, indicaram a importância da aproximação recente dos países africanos em espaços multilaterais, como organizações internacionais regionais, os quais teriam criado certamente uma convergência, mas não se pode saber por qual mecanismo, conforme observado pelas variáveis de números de projetos realizados na região do país e nas instituições internacionais às quais os países pertencem. O Brasil, nesse sentido, pode ter se aproveitado desse fenômeno. Deve-se observar qual teria sido o mecanismo que imperou nessa convergência.

Indo de forma contrária a parte da literatura, conforme demonstrado no artigo, não é possível afirmar que exista relação direta entre as variáveis "quantidade de projetos de cooperação com o Brasil" e "comércio exterior de países africanos com os PALOP". No entanto, especialmente na Nigéria, verifica-se uma relação com atraso temporal entre os dois indicadores. Os resultados, nesse sentido, indicam que, em um mundo complexo, torna-se insustentável afirmar apenas sobre aqueles. É necessário, portanto, buscar estratégias de pesquisa que combinem formas quantitativas e qualitativas de evidências. Com base nessas evidências, uma abordagem bem-sucedida permitiria que as evidências qualitativas atualizem as premissas subjacentes à análise quantitativa e vice-versa. Finalmente, para pesquisas futuras, ao modelar processos que fluem de diferentes lógicas de inferência, a estrutura fornece orientação prática sobre o projeto de pesquisa, especificamente sobre as condições sob as quais o conjunto de dados ou observações adicionais do processo causal provavelmente gerarão maior vantagem explicativa (HUMPHREYS; JACOBS, 2015).

## 6. Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, D. B. S. T. de. **A dinâmica decisória da Política Externa: as condições à Cooperação brasileira na África (2003-2010)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- ALBUQUERQUE, D. B. S. T. de. **Brazilian Cooperation in Africa: Portuguese—Speaking African Countries and the Cooperation Projects Diffusion (1995—2014). Policy Diffusion: New Constraints, New Realities. Proceedings of the II International Conference on Policy Diffusion and Development Cooperation** / Osmany Porto de Oliveira ; organizado por Osmany Porto de Oliveira. - São José do Rio Preto, SP : Balão Editorial, 2021.
- BERRY, Frances; BERRY, William. **Innovation and Diffusion Models in Policy Research**. In: SABATIER, Paul (Ed.). **Theories of Policy Process**. Westview Press, p. 223-260, 2007.
- BRASIL, H. G.. **Relações externas Brasil-África: da política externa independente ao governo Lula**. 2016. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CABRAL, L. et al. **Brazil-Africa Agricultural Cooperation Encounters: Drivers, Narratives**

and Imaginaries of Africa and Development. **IDS Bulletin**, V. 44, n. 4, p. 53–68, 2013.

COX, R.; SINCLAIR, T.. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DOLOWITZ, D. P.; PLUGARU, R.; SAURUGGER, S.. The process of transfer: The micro-influences of power, time and learning. **Public Policy and Administration**.

GARRETT, Geoffrey. **Partisan Politics in the Global Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998

GILARDI, F. Transnational diffusion: Norms, ideas, and policies. In: Carlsnaes, W., Risse, T., and Simmons, B. A. (Ed.), **Handbook of International Relations**, London: SAGE Publications, p. 453–502, 2012.

\_\_\_\_\_. Four ways we can improve policy diffusion research. **State Politics and Policy Quarterly**, V.16, n. 1, p.8–21, 2016.

GONNET, Cecilia O.. A Comparative Analysis of the Adoption of Conditional Cash Transfers Programs in Latin America. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, V. 21, n.4, p. 385–401, 2019.

HADJIISKY, M.; PAL, L. A.; WALKER, C.. **Public Policy Transfer: Micro-Dynamics and Macro-Effects**. Cheltenham, UK ; Northampton, MA, USA : Edward Elgar Publishing, 2017.

HUMPHREYS, M.; JACOBS, A. “Mixing Methods: A Bayesian Approach, **American Political Science Review**. Cambridge University Press, V. 109, n. 04, pp. 653–673, 2015.

HUNTINGTON, S. The West Unique, Not Universal. **Foreign Affairs**, V. 75, n.6, p. 28-46, 1996.

IKENBERRY, J. The International Spread of Privatization Policies: Inducement, Learning, and Policy Bandwagoning. In: E. Suleiman; J. Waterbury (Eds.), **The Political Economy of Public Sector Reform and Privatization**. Boulder: Westview Press. 1990

KEOHANE, R.. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984

LEITE, Isabel Cristina, Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos. **Observador On-line**, V. 07, n. 03, p. 01-40, 2012.

LIMA, João Antônio dos Santos. **A cooperação internacional sul-sul e a difusão de políticas: uma análise exploratória das políticas coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

LINS, Rodrigo; FIGUEIREDO, Dalson; ROCHA, Enivaldo. Não temos tempo a perder: uma introdução à análise de sobrevivência. **Revista Política Hoje**, V. 26, n. 1, p. 279-298,

MAWDSLEY, Emma. The Changing Geographies of Foreign Aid and Development Cooperation: contributions from gift theory. **Transactions of the Institute of British geographers**. V. 37, n. 2, p. 256-272, 2011.

\_\_\_\_\_. Development geography 1: Cooperation, competition and convergence between ‘North’ and ‘South’. **Progress in Human Geography**, V. 41, n.1, p.108-117, 2017.

MILANI, C. R. S.. Cooperação bilateral e política externa: por que os Estados cooperam?. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10º, 2016, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. **Solidariedade e Interesse: Motivações e Estratégias na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Curitiba: Appris, 2018.

MILANI, C. R. S.; PINHEIRO, L. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro , V. 35, n. 1, p. 11-41, 2013 .

MILHORANCE, Carolina. **New Geographies of Global Policy-Making: South–South Networks and Rural Development Strategies**. Londres: Routledge, 2018.

NYE, JOSEPH. Comparative Regional Integration: Concept and Measurement. **International Organisation**, V. 22, n. 4, p. 855-880, 1968.

OLIVEIRA, OSMANY PORTO DE; FARIA, CARLOS AURÉLIO PIMENTA DE. Policy transfer, Diffusion, and Circulation: Research Traditions and the State of the Discipline in Brazil. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo , V. 36, n. 1, p. 13-32, 2017.

ROWLANDS, Dane. **Emerging Donors in International Development Assistance: a synthesis report**. International Development Research Centre, 2008.

STONE, D.; PORTO DE OLIVEIRA, O.; PAL, L. A.. Transnational policy transfer: The circulation of ideas, power and development models. **Policy and Society**, V. 39, n. 1, p. 1–18, 2019.

UN Trade Statistics. “Re-exports and Re-imports”. Disponível em <https://unstats.un.org/unsd/tradekb/Knowledgebase/Reexports-and-Reimports>.

WALLERSTEIN, I. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. **Comparative Studies in Society and History**, V.16, n.4, p. 387-415, 1974.

VOLDEN, C., TING, M. M., CARPENTER, D. P.. A formal model of learning and policy diffusion. **American Journal of Political Science**, V. 10, n. 3, p. 319–332, 2008.